



**MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**  
**E S T A D O   D O   P A R A N Á**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 30/2013**

Cambará, 07 de agosto de 2013.

**Senhor Presidente,**

Pelo presente, passamos às mãos de Vossa Excelência e Nobres Pares, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei 30/2013, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cambará.

A propositura visa adequar as exigências para ingresso no serviço público municipal, compatibilizando os requisitos àqueles previstos na legislação federal e estadual, quais sejam: Lei Federal 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), Lei Estadual nº 16.024/2008 (Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná), Lei Estadual 6.174/1970 (Regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná) e ADIN 231/1992.

Destacamos, ainda, a alteração de dispositivo inerente aos efeitos e alcance da penalidade administrativa imputada, impondo limites territoriais e temporais para aplicação dos efeitos punitivos e impeditivos.

Sabendo-se que um dos corolários do princípio da legalidade são os princípios da lealdade e boa-fé, que impõem a administração não apenas conduta previsível, mas também expressamente prevista em lei, não é possível considerar legal, muito menos razoável, a existência de norma, restritiva de direitos, com caráter aberto e meramente interpretativo, desatrelada de amparo legal.

À vista disso, delimitamos as condições de impedimento e o lapso temporal para tanto, afastando de vez a interpretação analógica.

No ensejo, e atendendo recomendação ministerial, optamos por revogar o artigo 77 e demais dispositivos correlatos (art. 73, III), que dispõem sobre a concessão de gratificação aos detentores de cargo comissivo. Tal medida se justifica em razão da incompatibilidade de pagamento de vantagens aos titulares de cargos dessa natureza, que por si só, já executam atividades diferenciadas e em regime de dedicação integral e exclusiva, não sendo plausível prever bonificação.

Em continuidade, readequamos as disposições que tratam do provimento dos cargos públicos (artigos 12, 26 e 37), novamente com parâmetro nas legislações supramencionadas, suprimindo os dispositivos que permitem forma de provimento derivado, em total dissonância com a sistemática imposta pelo artigo 37 da CF/1988.

Nessa toada, revogamos integralmente o artigo 82, por se tratar de gratificação de caráter transitório e excepcional, que pressupõe necessidade temporária e emergencial da administração, não sendo razoável incorporá-la integralmente pelo simples exercício num curto espaço temporal.



**MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**  
**E S T A D O   D O   P A R A N Á**  
**GABINETE DO PREFEITO**

No tocante ao artigo 45, transcrevemos a redação em conformidade com os anexos das Leis Complementares 27/2011 e 30/2011, passando a constar expressamente o exercício de jornada diferenciada em razão de atribuições peculiares de determinadas profissões legalmente regulamentadas.

Por fim, altera-se a redação do artigo 165 do mencionado diploma, a fim de adequar o dispositivo a realidade procedimental adotada, haja vista que a publicação exigida na Lei diz respeito à portaria de instauração de procedimento apuratório certo e determinado e não a constituição de comissão, que por ser permanente, encontra-se devidamente nomeada para a investigação e apuração de todo e qualquer desvio administrativo.

Ressaltamos, que propositura visa a reorganização e atualização do regime jurídico-administrativo, não suprimindo ou ampliando direitos e garantias dos servidores, em nada alterando o impacto orçamentário no que se refere a folha de pagamento.

É imprescindível registrar que a administração deu início as tratativas para a realização de concurso público objetivando preenchimento de cargos vagos essenciais à otimização, qualidade e eficientização dos serviços públicos prestados, e que o presente aperfeiçoamento legislativo possibilita a publicação de edital com a sistemática adequada, permitindo aos candidatos conhecer de antemão o regime jurídico a que se submetem.

Estes, Senhor Presidente, são os motivos ensejadores da propositura em questão, para a qual aguardamos o beneplácito dessa Augusta Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e Nobres Pares, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

**JOÃO MATTAR OLIVATO**  
**Prefeito**

À  
Sua Excelência o Senhor  
Vereador **JOÃO ANTÔNIO TINELLI**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cambará



**MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 30/2013 de 08 de agosto de 2013.**

**SÚMULA: “Dispõe sobre o Regime jurídico dos servidores públicos do Município, das autarquias e das fundações municipais e dá outras providências.”**

A Câmara do Município de Cambará, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** – Os artigos 9º, 12, 37, 42, 45, 81, 154, 165 da Lei Municipal nº 1.191, de 25 de maio de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 9º** - São requisitos básicos para ingresso no Serviço Público:

- I** - a nacionalidade brasileira; **(NR)**
- II** - gozo dos direitos políticos;
- III** - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV** - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V** - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI** - aptidão física e mental; **(NR)**
- VII – (revogado)**

**§ 1º** - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

**§ 2º** - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cuja atribuição seja compatível com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em concurso.”

.....

**“Art. 12** - São formas de provimento de cargo público:

- I** - nomeação;
- II** - progressão;
- III** - promoção;
- IV – (revogado)**
- V – (revogado)**
- VI** - readaptação;
- VII** - reversão;
- VIII** - aproveitamento;
- IX** - reintegração; e
- X** – recondução”

.....

**“Art. 37** - A vacância do cargo público decorrerá de:

- I** - exoneração;
- II** - demissão;
- III** - promoção;
- IV – (revogado);**
- V – (revogado);**



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

## ESTADO DO PARANÁ

### GABINETE DO PREFEITO

- VI - readaptação;
- VII – aposentadoria;
- VIII - posse em outro cargo inacumulável;
- IX - falecimento;
- X - perda de cargo por decisão judicial.”

.....

“**Art. 42** - O ocupante do cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando disposto diversamente em lei ou regulamento próprio.

§ 1º - Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão, exige dedicação em tempo integral ao serviço por parte do comissionado, que pode ser convocado sempre que seja do interesse da administração. (NR)

§ 2º - É permitida a prestação de serviço extraordinário, desde que previamente autorizada, não podendo ultrapassar 50 (cinquenta) horas mensais.”

.....

“**Art. 45** - Os servidores em exercício de atividades específicas de profissões regulamentadas ficarão obrigados ao cumprimento de jornada de sua categoria profissional, na forma de legislação vigente e com vencimento básico proporcional às horas de sua jornada de trabalho. (NR)”

.....

“**Art. 81** - Tendo em vista a essencialidade, complexidade das respectivas atribuições, bem como as condições do mercado de trabalho para as atividades correspondentes, e por interesse da administração, o servidor efetivo poderá ser colocado em regime de tempo integral.

**Parágrafo Único** - O servidor cujo cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, terá direito a uma gratificação fixada entre 30% (trinta por cento) a 100% (cem por cento) do nível de vencimento a que estiver enquadrado. (NR)”

.....

“**Art. 154** - Não poderá retornar ao serviço público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o servidor que for demitido ou destituído de cargo em comissão, no Município de Cambará, por infringência aos incisos X e XII do Art. 131, e dos Incisos I, IV, V, VIII, X e XI, do Art. 147, desta Lei. (NR)”

.....

“**Art. 165** - O Processo Disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que instaurar o procedimento apuratório. (NR)

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.”



**MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**  
**E S T A D O   D O   P A R A N Á**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 2º.** – Revogam-se integralmente as disposições constantes nos artigos 26, 77 e 82 da referida Lei.

**Art. 3º** - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cambará, 07 de agosto de 2013.

**JOÃO MATTAR OLIVATO**  
Prefeito de Cambará



**MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**  
E S T A D O   D O   P A R A N Á  
GABINETE DO PREFEITO